

INDÍGENAS E A ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ AO LONGO DA DITADURA MILITAR⁰¹

INDIGENOUS PEOPLE AND THE MADEIRA-MAMORÉ RAILWAY DURING THE MILITARY DICTATORSHIP

Dálisson Silva da Costa⁰²

RESUMO

No presente resumo será abordado os impactos que as grandes estruturas como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) refletiram nos modos de vida indígenas, especificamente no estado de Rondônia, capital Porto Velho. De modo que a explanação possua como foco, durante e pós ditadura civil-militar, elencando as drásticas mudanças culturais, ambientais e sociais dos povos tradicionais rondonienses em detrimento da enorme expansão agrícola, ferroviária e territorial. Ao examinar o período da Ditadura, propõe-se investigar como as políticas governamentais da época influenciaram a implementação da EMMF e a extermínio massiva de indígenas que habitavam inúmeras regiões de Rondônia.

Palavras-Chave: povos originários; povos indígenas; estrada de ferro madeira-mamoré; ditadura-militar.

ABSTRACT

This summary will address the impacts that large structures such as the Madeira-Mamoré Railway (EFMM) had on indigenous ways of life, specifically in

01 Resumo apresentado ao GT Direitos Humanos e Povos Originários, no V Congresso Internacional DHJUS – Justiça, democracia e Igualdade Social. Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direito Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

02 Graduando em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça - DHJUS. Graduando em Direito pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Graduado em Gestão de Saúde Pública pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (UNOPAR). Pós graduando em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Técnico em Informática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Fiz parte como pesquisador auxiliar no Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (PPG/DHJUS) da Escola da Magistratura (EMERON) em parceria com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Afro e Amazonicos(GEPIAA). E-mail: dálissonsilvadacosta2019@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6472719784810563>

the state of Rondônia, capital Porto Velho. So that the explanation has as its focus, during and after the civil-military dictatorship, listing the drastic cultural, environmental and social changes of the traditional peoples of Rondônia to the detriment of the enormous agricultural, railway and territorial expansion. By examining the period of the Dictatorship, it is proposed to investigate how government policies at the time influenced the implementation of the EMMF and the massive extermination of indigenous people who inhabited numerous regions of Rondônia.

Keywords: original peoples; indigenous peoples; Madeira-Mamoré railway; military dictatorship.

INTRODUÇÃO

As violações cometidas durante o regime militar, que abrangem atos de tortura e violação dos Direitos Humanos, marcaram de forma irreversível a memória das comunidades afetadas (SARTI, 2019). Antes mesmo da efetuação do golpe militar que se deu em 1964-1985, os povos indígenas já lidavam com constantes violações dos seus direitos, tal fato se dava essencialmente por quem possui o dever de zelar pelas suas existências.

Por conseguinte, durante o regime ditatorial, iniciou-se uma série de barbáries, ataques e aceleração do extermínio desses povos impulsionados pelos interesses dos governantes que compactuavam com a ideia de aniquilação do indigenismo tradicional, que somente foram conhecidos a partir de 1968, por meio dos resultados investigativos elaborados pelo então Procurador Jair de Figueiredo Correia, reconhecido nacionalmente como Relatório Figueiredo. Tais dados, foram amplamente divulgados exteriormente como descreve Gomes e Paulo Cesar (2022, p. 3) "Essas informações chegaram à Europa e aos Estados Unidos, o que gerou fortes críticas ao governo brasileiro por parte das organizações internacionais, grupos da sociedade civil, políticos e veículos de imprensa".

Além disso, a construção da EMMF que perpetuou de 1907-1912 está indissociavelmente interligada as transformações ambientais no território brasileiro. Esses eventos regularmente levam legados conflitantes sobretudo em termos de impacto nos povos mais vulneráveis. Ao acaso de Rondônia, região notada pela presença histórica dessas comunidades, que serviu de palco para a construção da ferrovia supracitada.

Nesse escopo, os raros documentos antropológicos acessíveis, sugerem que na área onde encontra o estado de Rondônia, a expansão das fronteiras agrícolas, florestais e de mineração cresceram em um ambiente caracterizado pela prática de pavorosos atos de violência e recusa em reconhecer a viabilidade da existência mútua e pacífica com os povos indígenas locais (SANTOS,

2015). Tal conjuntura, em consonância com estruturação da EFMM, impulsiou a expulsão e extermínio daqueles que se encontravam ao caminho do denominado “progresso”. Este processo, de desenvolvimento, essencialmente, foi alavancado pela alta demanda por recurso naturais, em específico a borracha, durante o auge do ciclo da borracha na Amazônia. A ferrovia foi concebida como uma solução logística para o transporte da matéria prima da região norte para os mercados internacionais, facilitando então a introdução do Brasil no comércio global.

Para elaboração da presente pesquisa, foi adotado uma abordagem descritiva e exploratória, com intuito de compreender as dinâmicas e impactos da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré sobre as comunidades indígenas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. Sendo fundamentada na análise de múltiplas fontes de dados, incluindo artigos, documento oficiais como o relatório Figueiredo, livros nacionais e conteúdo disponíveis na internet, a fim de assegurar a validade e profundidade das conclusões.

Uma visão retrospectiva da cidade de Porto Velho no estado de Rondônia

O local onde se encontra o estado de Rondônia, originalmente era reconhecido por Território do Guaporé que constituía os estados do Amazonas e Mato Grosso e fora posteriormente separado. A nomenclatura hodiernamente do estado, foi concebida em tributo ao Marechal Cândido da Silva Rondon, um renomeado sertanista por sua atuação exploratória e pioneira dos interiores do Amazonas e Mato Grosso. Além da sua liderança na implementação das linhas telegráficas, um projeto que possuía o intuito de integrar a região remota e desconhecida com os demais estados brasileiros (FONSECA; TEIXEIRA, 2001).

A trajetória histórica de Porto Velho, sede do governo do estado de Rondônia, transcende sua recente formalização como município, processo legalizado pela lei nº 757, em 02 de outubro de 1914, quando se desvincula de Humaitá, pertencente ao estado do Amazonas. A efetivação administrativa da cidade ocorre no dia 24 de janeiro de 1915. Entretanto, no ano de 1933, a estrutura diretoria de Porto Velho foi revisada, estabelecendo-se como distrito Sede, configuração que se manteve registradas nas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937 (LIMA, 2018).

Porto Velho emergiu em torno das estruturas da Madeira Mamoré Railway, cuja existência prenunciava o desenvolvimento de uma cidade marcada pela dualidade desde o seu nascimento. Tal panorama, manifestava-se na distinção entre as áreas operacionais e residenciais da ferrovia, que eram habitadas pelos trabalhadores mais qualificados, e as zonas públicas, que abrigavam o restante da população. Esta organização constituía uma configuração urbana

delimitada por uma avenida divisória, nos dias de hoje, conhecida como Avenida Presidente Dutra. Tal via simbolizava a linha que separava dois núcleos com características independentes, que conjuntamente, contribuíram para o tecido socioeconômico e cultural em Porto Velho. (ZUIN; DIAS, 2023).

Período ditatorial e suas consequências

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil entre os anos de 1964-1985, a então região de Porto Velho, em Rondônia, assim como demais regiões do país, vivenciaram intensas transformações socioeconômicas e políticas devido regime instaurado após o golpe militar. Bem como, esse marco histórico, foi notado por uma política de desenvolvimento nacional que pretendia à integração territorial e econômica do país, sob o lema “Integrar para não entregar”. Tal situação, inserida em políticas governamentais, estava quase que exclusivamente ligada a questões geopolítica. A vista disso, evidenciava-se o foco militar na proteção da soberania e integridade territorial das áreas fronteiriças, por meio da ocupação de regiões internas consideradas desabitadas, visando também o desenvolvimento econômico (SOUZA, 2020). O princípio de integração nacional estava alinhado à Doutrina de Segurança Nacional (ALVES, 1989). A qual defendia a conexão entre o progresso econômico e a manutenção da segurança, tanto interna quanto externa. Em Rondônia, tal fato se traduziu na promoção de projetos de infraestrutura, exploração de recursos naturais, expansão agrícola, que tiveram impactos significativos sobre as comunidades indígenas e o meio ambiente.

A EFMM, embora tenha sido construída antes da ditadura, desempenhou um papel importante na história econômica da região, estabelecendo as bases para futuras intervenções estatais. Durante o regime militar, o governo intensificou esforços para abranger a Amazônia, atraindo assim migrantes de outras partes do Brasil para Rondônia, por meio de programas de colonização e incentivos à exploração agrícola e extrativista. Nesse viés, é notório que diversas pessoas das mais diversas localidades no Brasil, tais como: Seringueiros, ex contratistas da empresa Madeira Mamoré Railway Company Ltda, aventureiros de todos os naipes, pequenos comerciantes, escravos, prostitutas e moradores de Santo Antônio do Rio Madeira vieram para a Porto Velho (BORZAVOC, 2016).

Ainda assim, durante o período de intensificação de projetos de infraestrutura, colonização e expansão agrícola, muitas comunidades indígenas experimentaram um deslocamento forçado de suas terras ancestrais, um processo frequentemente conduzido sem seu consentimento. O SPI teve a tarefa de fixar e realocar os povos indígenas que representavam um obstáculo ao avanço da expansão territorial (ARAÚJO JUNIOR; in ALCÂNTARA; TINÔCO; MAIA, 2018). Este deslocamento não apenas derivou a perda de territórios funda-

mentais para a subsistência e a preservação cultural dessas comunidades, mas também originou uma série de impactos ambientais expressivos. A construção de estradas e a exploração madeireira, aliado a expansão da agricultura, resultaram em desmatamento, alterações nos ecossistemas e poluição dos rios, implicando diretamente o modo de vida tradicional indígena, que é profundamente interligado ao meio ambiente para alimentação, práticas medicinais e sustentação cultural.

Nesse cenário, as “correias” podem ser mencionadas a exemplo metafórico para descrever os mecanismos pelas quais essa política de desenvolvimento e intervenções externas se ligam ao deslocamento imposto e à erosão cultural. Subsequente, as “correias” transportam, não apenas os recursos extraídos das terras indígenas, mas também as consequências dessas ações, como a perda cultural e a degradação ambiental. Assim como as correias em um sistema mecânico movem materiais de um ponto a outro, as políticas e projetos de desenvolvimento deslocaram comunidades, modos de vida e culturas, muitas vezes sem considerar a sustentabilidade ou o consentimento dos povos afetados. IGLESIAS (2010, p. 88-89), apresenta uma análise detalhada de diversos episódios relacionados “Matanças violências contra feridos e capturados, mortos a tiros e golpes de faca, e da captura de mulher e crianças, a queima das malocas e a destruição de roçados e paióis foram assim empregados de forma recorrente, visando extermínio indígena”.

Além disso, relatos de violações de Direitos Humanos contra os povos indígenas foram amplamente documentados, incluindo repressão a movimentos de resistência, violência física, psicológica e dentre outras crueldades. Como detalha o documento da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 35) “Essas graves violações resultaram em mortes, torturas, detenções abusivas, cárcere privado, exploração de terras e trabalho escravo que se estenderam da década de 1940 à década de 1980”.

Não obstante, a assimilação forçada e a perda de territórios ameaçaram práticas tradicionais, línguas e conhecimentos ancestrais, resultando em impactos duradouros na identidade e continuidade cultural desses povos.

Considerações parciais

Em síntese, por meio de uma análise histórica do período da ditadura civil-militar no Brasil, especificamente na cidade de Porto Velho, Rondônia, revela as profundas transformações socioeconômicas e políticas desencadeadas por uma política de desenvolvimento nacional baseada pela Doutrina de Segurança Nacional. Essa política, possuía como enfoque a integração territorial e econômica, alavancando a ocupação de regiões internas e a exploração de recursos naturais, provocando consequências significativas para as comuni-

dades indígenas e o meio ambiente. Outrossim, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, embora anterior à ditadura, exemplifica as bases sobre as quais essas futuras intervenções estatais se apoiam, intensificando a migração e alterando a dinâmica regional.

À vista disso, experiências de deslocamento forçado e vivenciadas pelas comunidades indígenas, muitas vezes sem os seus consentimentos, e as políticas do SPI para realocar povos indígenas que obstaculizavam a expansão territorial destacam a complexidade e a gravidade dos impactos desse período. Os efeitos ambientais, tais como o desmatamento, alteração dos ecossistemas e poluição dos rios, aliados às violações de Direitos Humanos, incluindo violência física, psicológica, e esforços visando o extermínio indígena, sublinham as monstruosidades cometidas em nome do desenvolvimento e da segurança nacional.

Conjuntamente, as metáforas das “correias” e os relatos documentados pela Comissão Nacional da Verdade esclarecem a dimensão das violências concretizadas contra os indígenas, revelando uma política sistemática de expropriação territorial, cultural e física desses povos. As consequências dessas políticas não se restringiram apenas ao período da ditadura, mas estenderam-se, deixando legados de perdas irreparáveis para esses povos, que até hoje lutam pela recuperação de suas terras, direitos e pela preservação de suas culturas e identidades.

Em suma, a história da ditadura civil-militar em Rondônia, particularmente em relação à EFMM e às comunidades indígenas, reflete uma época de intensos conflitos e transformações, cujos efeitos ainda ecoam nas questões socioambientais e nos direitos indígenas contemporâneos. Reconhecer e compreender esses eventos históricos é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e para a efetiva reparação e reconciliação com os povos originários.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil -1964-1984. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ARAÚJO JUNIOR, Julio José. O marco temporal e uma prática constitucional assimil acionista. In: ALCÂNTARA, Gustavo Kenner; TINÔCO, Lívia Nascimento; MAIA, Luciano Mariz. Índios, direitos originários e territorialidade. Associação Nacional dos Procuradores da República. 6^a Câmara de Coordenação e Revisão. Ministério Público Federal. Editora ANPR, Brasília/DF, 2018.
- BORZACOV, Yêdda Pinheiro. Os bairros na história de Porto Velho. Porto Velho: Porto Velho Gráfica & Comunicação Visual, 1^a ed., 2016, p. 17.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

COMISSÃO da verdade: ao menos 8,3 mil indígenas foram mortos na ditadura militar. Amazônia Real, 2014. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/comissao-da-verdade-ao-menos-83-mil-indios-foram-mortos-na-ditadura-militar/#:~:text=Em%201987%20eram%20420%20ind%C3%ADgenas,sul%20da%20reserva%2C%20em%20Roraima>. Acesso em: 01 fev. 2024.

DOS SANTOS, Vanubia Sampaio. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE RONDÔNIA E O IMPACTO SOBRE AS CULTURAS INDÍGENAS. Revista Fórum Identidades, Itabaiana-SE, v. 16, p. 197-220, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/4267>. Acesso em: 09 fev. 2024.

FERREIRA, Iremar Antônio. Povos indígenas de Rondônia: Rumo aos 518 anos de resistência. Teoria e Debate, 2017. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2017/12/18/povos-indigenas-rondonia-rumo-518-anos-de-resistencia/>. Acesso em 30 jan. 2024.

FONSECA, Dante R.; TEIXEIRA, Marco A. D. História regional (Rondônia). 2.ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001, pg. 119.

GOMES, Paulo Cesar, BENITEZ TRINIDA, Carlos. A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 14, n. 35, p. 1-35, 2022. DOI: 10.5965/2175180314352022e106. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180314352022e0106>. Acesso em: 08 fev. 2024.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Brasília: Paralelo 15, 2010

LIMA, Abnael Machado de. A cidade. Portal Prefeitura Porto Velho, Porto Velho, 16 fev. 2018. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/17800/a-cidade>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SARTIR, C. Enunciações da tortura. Memória da ditadura brasileira. Revista de Antropologia, [S.L], v. 62, n 3, p. 505-529, 2019. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2019.165230. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165230>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SOUZA, Matilde de. Transamazônica: integrar para não entregar. Nova Revista Amazônica, Bragança-PA, v. 8, n 1, p. 133-152, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18542/nra.v8i1.8624>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8624>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira; DIAS, Mariana Lira. Cidade Educadora e gestão democrática participativa: o caso da revisão do Plano Diretor de Porto Velho (RO). Dialogia, São Paulo, n. 45, p. 1-24, e24163, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/45.2023.24163>. Acesso em: 07 fev. 2024.